

A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE SOB A ÉGIDE DA PRODUTIVIDADE

Isabel Brasil Pereira

ISABEL BRASIL:

Queria dizer que essa reflexão que vou fazer aqui busca pensar o que o título já diz no artigo. É como está acontecendo essa potencialidade da produtividade sobre um trabalho que é improdutivo, que é o trabalho na saúde. Dentro dessa reflexão, vou focar na questão da educação. Claro, educação dos trabalhadores da saúde: as inflexões que isso tem sobre a educação, as inflexões no sentido de adequar a isso, ou o que pode afetar a educação, o que pode fazer com que ela reproduza esse tipo de potencial de produtividade e também o que podemos construir contra a hegemonia dentro da educação, que é uma prática social para isso (sem idealizar a educação e achar que sozinha ela resolve). Mas antes queria só dizer uma coisa. Na verdade, essa reflexão segue muito os passos de estudos que o Gaudêncio fez nos anos 80 sobre a escola. Todo mundo lembra do clássico “produtividade da escola improdutiva”.

Essa questão está dentro da relação “trabalho em educação e saúde”, relação esta conflituosa e contraditória e sobre a qual venho me debruçando desde quando entrei aqui nessa escola, há oito anos, e venho dando um salto de qualificação nos estudos sobre isso junto com o trabalho coletivo que desenvolvemos aqui. Penso que essa discussão ganha corpo e o que vou trazer é um pouco também a discussão coletiva, principalmente no projeto contra-hegemônico, quando chegar a esse ponto. Para falar sobre isso, parto de algumas premissas. Premissas sobre, por exemplo, a questão do trabalho. Premissas sobre o tema “o capital hoje”, ou seja, premissas sobre questões e temas de conceitos e noções que foram abordados ao longo do seminário, o que facilita a minha fala. Porém, tive de desarrumar tudo o que eu havia preparado porque já tinha sido falado. Então, só vou reiterar algumas coisas ao mencionar essas premissas e também, claro, sobre a educação.

Para falar sobre a questão do capitalismo hoje, não vou me repetir porque, quando olho a questão que vou tratar, um dos pontos é exatamente a privatização na saúde potencializando ou provocando a produtividade sobre esse trabalho improdutivo. Faria destaque com relação à questão do capital financeiro e capital privado, mas ontem a Virgínia frisou isso. É inseparável. Se não, não tem acumulação. E, nesse sentido, podemos fazer como Harvey, porque na acumulação flexível o capital financeiro está muito mais como coordenador do que no fordismo. Como essas coisas se entrelaçam? Por que falo isso? Por causa da questão do Estado, da privatização, desse

Estado privatizado que também já foi colocado e que vai ter uma inflexão sobre isso, sobre o que vamos discutir. Mas eu preciso pontuar que o Estado, sob a égide do neoliberalismo, vai ser afetado pela própria contradição, e eu digo devido a maior contradição do neoliberalismo que ele vive, que é a questão de, ao mesmo tempo que prega um Estado mínimo, ele precisa de um Estado que o fomente. Isso não sou eu quem fala, é o Harvey, antes dele o Polanyi e mais umas setecentas pessoas a cada mês... Então, ao mesmo tempo ele pega o mínimo, mas não pode. Ele tem de ter um Estado ampliado para fomentar o privado. Isso foi sempre assim no capitalismo, na relação com o Estado, só que isso acelera e ganha força. Não à toa. Chico Oliveira, já em 1982, repetia a frase do Celso Furtado: “O Estado entra com o ônus e o privado, na parceria pública, entra com o bônus.” Isso é bom porque nos dá essa noção.

A outra questão é sobre trabalho. Considero a premissa de que o trabalho na saúde é no sentido antológico e histórico. Acredito que é trabalho improdutivo o profissional da saúde na relação com o paciente, mas na sua relação numa clínica privada, por exemplo, o profissional da saúde com o dono da clínica passa a ter uma relação de mais-valia sobre o trabalho e o trabalhador. Dito isso, fica claro de que premissa estou afirmando e que compartilho sobre o trabalho.

Outra coisa é sobre a educação. É preciso pensar em educação como uma luta entre projetos distintos de sociedade e educação como uma prática social que contém também trabalho, assim como a saúde. A saúde não é só trabalho, mas a saúde é principalmente uma prática social, e a educação também. Ela é uma prática social que contém trabalho e, como prática social, conta com projetos antagônicos da sociedade sempre em disputa. E, se formos olhar ao longo da história da educação, sempre vamos ter projetos voltados à adequação do coexistente e projetos que vão se contrapor. Mesmo na década de 1960, no período da consolidação do golpe militar, entre 1964 e 1968 (1964 tinha as lideranças operárias trabalhistas, nas quais os estudantes iam à frente), tínhamos um contraponto de desenvolvimento de processos educativos que, nos anos 50, foram muito férteis como projetos de educação voltados para a libertação e visando à transformação. Então, em todos os momentos, vemos esse embate e a educação tanto pode contribuir para uma educação que estamos chamando de emancipadora como para uma educação que vai se adequar. Não digo só se adaptar, porque mesmo a educação transformadora tem uma fase de adaptação, na qual lida com o real, com o existente dentro do real, já que o real não é só o existente. Isso Marx já dizia... A partir disso, podemos começar pelo que o trabalho se propõe.

Na realidade, quando a privatização na saúde vai potencializar a formação, a lógica do trabalho produtivo em todas as suas características vai produzir mais-valia, mas também condições subjetivas. E aí vamos esclarecer que, quando estamos falando de subjetividade, não é uma subjetividade pós-moderna. Ela é atrelada às

condições objetivas, e isso nunca foi negado pelo pensamento crítico e muito menos por Marx, tanto que seus discípulos, como Lukács e Adorno, vão trabalhar isso de uma maneira interessante. Com as diferenças que os separam, com as brigas imensas que tinham, um dizendo para o outro que ia morar num “Grande Hotel Abismo” e o outro se retratando e se incorporando à resistência por causa do stalinismo, enfim, foram tratar da subjetividade, fruto das questões objetivas. Então, nesse sentido, o ideal da parceria público-privada sempre existiu, mas está desde 2004 instituída como uma política “governamental” aconselhada para resolver as mazelas, os problemas, e atingindo muito a saúde, inclusive o próprio SUS. E não à toa. Encontram-se pessoas muito notórias como defensoras no processo de Reforma Sanitária e que hoje defendem veementemente a parceria público-privada como uma saída. Isso tudo, dentro do meu ponto de vista, é um pouco triste. A aliança nessa parceria público-privada encontra, por exemplo, na questão do capital social o amparo para se formar. Lúcia Neves diz isso muito bem em seu texto quando trata do capital social, como isso vai se encaixar e funcionar um pouco, como Marx dizia, como a poesia do capitalismo.

Essa parceria público-privada e capital social vai afetar a escola, e não só a saúde. Vai afetar a formação em todos os ângulos e, na saúde, a parceria público-privada vai desde os municípios nos serviços de saúde e até a questão da formação. Precisamos dessa aliança para resolver as questões porque o Estado não dá conta. Ou seja, voltando à relação do capital-Estado, isso faz parte do Estado dentro do que chamamos de neoliberalismo, o Estado “mínimo comprador”. O Estado é um grande cofre que precisa do privado para desenvolver as suas ações. Não sou eu quem digo isso... Quem quiser ler o Luiz Alberto dos Santos verá que ele trabalha muito bem isso do ponto de vista econômico. Ele diz mais que isso: nessa relação capital-Estado, há uma desregulamentação total no sentido de o privado não cumprir as orientações, seja de um determinado processo educacional, seja de um modelo de saúde que se queira implementar, como também o engessamento do Estado. Ou uma coisa ou outra. E, quando se faz isso provocando o engessamento, o que acontece? Começa a se ter soluções para a questão das instituições de Estado. Então, ontem, eu conversava com o Nelsão a respeito dessa questão, dizendo que compartilho com ele a ideia da fundação pública de direito privado como uma saída que está acontecendo por causa do engessamento do Estado em alguns pontos. Fiquei contente e triste ao mesmo tempo porque ele tem a mesma opinião que eu, mas isso, na verdade, é uma saída pela direita... Ou seja, é muito mais para resolver os problemas da fundação de apoio, que já foi criada para dizer que queria resolver o engessamento, e isso é a própria privatização, e agora vamos criar isso para resolver o problema da fundação de apoio... Isso tudo porque o Estado é engessado. Esse modelo de Estado está engessado! É necessário mexer na questão e não na periferia.

Um outro ponto: a privatização e essa relação com o privado vão afetar também as condições, a produção da subjetividade, sobre a qual avançamos um pouco mais no debate. Há também a questão da educação propriamente dita: como isso vai formando um trabalhador adequado ao trabalho produtivo? Ou seja, a lógica do trabalho sob a égide do capital. E, para tanto, eu vou ao meu mestre Gaudêncio, lá nos anos 80, quando ele estuda a questão da teoria do capital humano. Eu diria que, hoje, a teoria do capital humano está na formação em saúde (não só na formação em saúde, mas localizada nela) aliada ao conceito de empregabilidade na formação dos trabalhadores. Na empregabilidade, a pessoa é responsável pelo seu sucesso, pelo seu emprego, pela sua capacidade de emprego. Então, o que tem de fazer? Educação contínua, dentro de uma lógica: não porque a educação seja um processo interminável, pela vida inteira, mas sim porque dessa forma se consegue melhor emprego. E isso se alia à velha teoria do capital humano, que embasou muito os anos 70 – estou me referindo à formação de trabalhadores de um modo geral –, e que entra também na questão da saúde como uma novidade. Então, capital humano seria o mesmo que recursos humanos. Quando eu falo em capital humano, estou falando de uma educação que está levando isso como um norte e traz com ela a ideia de recursos humanos. Ou seja, o ser humano como recurso e que, por meio da escolaridade e com o aumento dessa escolaridade, produz mais, e não se veem as causas que levam a não ter essa escolaridade. Essas duas coisas vão produzir um sentido muito adequado ao trabalho no capital e à educação que não leva à emancipação, não funciona como resistência (resistência de criação e reação), e sim uma educação que podemos dizer que não cumpre o seu papel, que pode ser revolucionário com todo o seu limite.